

**BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.**

Marcelo Leonardo de Melo Simplício<sup>†</sup>

Luiz Carlos Bresser-Pereira nasceu em 1934 e obteve uma vasta titulação ao longo da vida acadêmica. É formado em Direito, mestre em Administração de Empresas pela Michigan State University, doutor e livre-docente em Economia pela Universidade de São Paulo. Foi também executivo empresarial por vários anos e ocupou diversos cargos públicos, dentre eles a chefia de três ministérios. Tem significativas contribuições teóricas, tanto no plano da teoria social quanto da econômica e política. Dentre suas relevantes obras, destacam-se *A sociedade estatal e a tecnoburocracia* (1981), *Inflação e recessão* (1984, com Yoshiaki Nakano), *Lucro, acumulação e crise* (1986), *Reforma do Estado para a cidadania* (1998), *Construindo o Estado republicano* (2004), *Macroeconomia da estagnação* (2007), *Globalização e competição* (2009) e *Macroeconomia desenvolvimentista* (2016, com Nelson Marconi e José Luís Oreiro).

O livro *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência* foi lançado em 2014 e esgotou-se rapidamente. A segunda edição, lançada em 2015, veio com duas novas seções abordando o Governo Dilma Rousseff. A terceira edição, de 2016, foi revisada e atualizada com comentários sobre o impeachment presidencial e o atual cenário de crise econômica e política que o país enfrenta, totalizando 480 páginas, divididas em prefácio, 23 capítulos, conclusão e ainda 10 textos intitulados “Breves Teorias”, onde o autor aprofunda temas como Novo Desenvolvimentismo, Imperialismo e Dependência.

Na obra em apreço, Bresser-Pereira utiliza análises interdisciplinares, que abrangem economia, sociedade e política para fazer uma detalhada narrativa sobre a construção da nação e do Estado brasileiro desde a Independência até os dias atuais. No que se refere ao período colonial, foca basicamente nas razões do atraso brasileiro em relação aos Estados Unidos. Já no que se refere ao Brasil independente, afirma que, embora tenhamos adquirido maior autonomia em relação a Portugal, ganhamos uma grande dependência da Inglaterra e França, o que justifica o fato de o autor somente ter aprofundado seus comentários sobre o desenvolvimento brasileiro quando passa a tratar do crescimento acelerado que houve entre 1930 e 1980, época da nossa Revolução Capitalista, na visão de Bresser-Pereira.

O autor parte do pressuposto de que o estudo de determinada sociedade deve ser feito com análise de fases históricas ou estágios de desenvolvimento. Assim, afirma que as sociedades mundiais passaram basicamente por duas grandes revoluções, a Agrícola e a Capitalista, sendo

---

<sup>†</sup> Formado em Direito pela UFPI - Universidade Federal do Piauí. Especialista em Direito Público - CEUT - Centro de Ensino Unificado de Teresina. Professor da Faculdade Maurício de Nassau - FAP Teresina, desde agosto de 2007. Advogado Sócio do Escritório Mário Roberto Pereira de Araújo - Sociedade de Advogados.

esta última completada quando um povo se torna uma nação, cria um Estado soberano, domina um território e realiza sua revolução industrial, passando a ter um desenvolvimento autossustentado (p. 10). No Brasil, esse momento crucial somente ocorreu entre 1930 e 1980, quando o Brasil passou a ser um verdadeiro Estado-nação e se industrializou. Portanto, para Bresser-Pereira, a formação do Estado brasileiro ocorreu antes que fosse formada uma nação, pois o Império foi o período de construção desse Estado e da sua integração territorial, mas somente a partir de 1930 é que se pode afirmar que o Brasil passou a se constituir em Estado-nação (p. 15).

De forma didática, o autor faz uma periodização da história do Brasil, a partir de 1822, em três grandes ciclos da relação Estado-sociedade: o Ciclo Estado e Integração Territorial, que corresponde ao período do Império; o Ciclo Nação e Desenvolvimento, compreendido entre 1930 a 1977, que corresponde ao que o autor denomina de Revolução Capitalista Brasileira; e, finalmente, o Ciclo Democracia e Justiça Social.

Dentro da visão do autor, no primeiro ciclo o Estado prevaleceu sobre a sociedade politicamente organizada, pois era aquele que buscava dar uma forma nacional a esta. Já no segundo ciclo, apontado na obra como da revolução nacional e industrial, a relação começa a se inverter e cada vez mais a sociedade passou a apontar os rumos para o Estado, organizando-se politicamente e caminhando na direção da democracia (terceiro Ciclo), o que não fez, contudo, o autor deixar de reconhecer que, em todos os países, a revolução nacional e industrial sempre foi realizada dentro de um contexto de regime autoritário (p. 16).

Mostrando-se adepto do “novo desenvolvimentismo”, que é um misto de teoria e proposta de políticas que se opõem à ortodoxia liberal, o autor conecta cada um dos três grandes ciclos apontados com vários pactos políticos e coalizões de classe que serão desenvolvimentistas (nacionais) ou liberais (dependentes). Nesse sentido, afirma que durante o primeiro ciclo, do Estado e Integração Territorial, houve apenas o que chama de Pacto Oligárquico, que reuniu a classe dos senhores de terra com a burocracia patrimonial do Estado e os interesses estrangeiros. Já no Ciclo da Nação e Desenvolvimento, aponta o Pacto Nacional-Popular de 1930 e o Pacto Autoritário-Modernizante de 1964, ao passo que o Ciclo da Democracia e Justiça Social teria o Pacto Democrático-Popular de 1977 e das “Diretas Já”, o Pacto Liberal-Dependente de 1991 e o Pacto Nacional-Popular de 2006.

Após deixar clara essa visão geral sobre a obra, o autor passa a aprofundar suas análises explicando inicialmente as origens coloniais do nosso atraso. Segundo ele, a revolução industrial aconteceu na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, e o Brasil foi um dos países retardatários que apenas realizaram sua revolução capitalista no século XX, após ter vivido um longo período de colonialismo mercantil e depois do imperialismo industrial. Ressaltando quão prejudicial foi esse fato para nosso país, o autor afirma que os europeus só trouxeram desenvolvimento para suas colônias quando a colonização foi de povoamento, como ocorreu nos Estados Unidos, ao passo que, nos locais onde a colonização foi de exploração mercantil, o colonialismo foi justamente a origem do atraso, como ocorreu no Brasil.

Dessa forma, na visão do autor, o capitalismo mercantil-escravista, que marcou o Brasil

do período colonial até o imperial, foi um misto de feudalismo, expresso no seu caráter patriarcal e no latifúndio autossuficiente, e de capitalismo mercantil (p. 44). Contextualizando, o autor afirma que, quando houve a independência dos Estados Unidos, em 1776, o país contava com uma sociedade desenvolvida e semelhante à inglesa, ao passo que o Brasil chegou à sua independência com uma economia baseada em latifúndios autossuficientes e sem um mercado abrangente como o dos Estados Unidos. Logo, faltavam as condições capazes de propiciar a formação do Estado-nação e o desenvolvimento econômico, pois nossa realidade social mercantil-escravista foi incapaz de criar uma mão de obra educada e muito menos um mercado interno, que são duas condições fundamentais para a industrialização (p. 57).

Demonstradas as bases do atraso brasileiro, Bresser-Pereira passa a explicar que o Império foi o momento em que houve o primeiro Ciclo, o do Estado e Integração Territorial. Embora reconheça que foi um período de forte subordinação cultural à Europa e que não havia ainda uma ideia efetiva de nação brasileira, o autor sustenta que houve grandes realizações políticas no Brasil imperial, tais como a formação do Estado brasileiro, com a construção de um ordenamento jurídico e de uma burocracia para garantir a ordem e impedir o fracionamento político-territorial. Nesse cenário, o autor enxerga ainda a existência de um Pacto Oligárquico que reuniu os senhores de terra, os comerciantes de exportação, a burocracia patrimonialista e os interesses estrangeiros (p. 63). Curioso observar que, embora tal pacto tivesse uma aparência liberal, o liberalismo político existente não garantia os direitos civis da maioria populacional, e o liberalismo econômico não estava baseado num mercado interno, mas nas relações do Brasil com os países ricos. O autor destaca ainda que o pacto também pretendia ser nacional, mas afirma que não havia nação para sustentá-lo, pois nossas elites não tinham nenhuma atitude frontalmente contrária ao imperialismo. Na verdade, elas não percebiam que o imperialismo industrial limitava o desenvolvimento do país justamente por não incentivar a industrialização.

No capítulo 4, Bresser-Pereira enfoca o aspecto político e afirma que o grande debate parlamentar do Império ocorreu em torno do governo unitário, apoiado pelos conservadores, contra a federação, apoiada pelos liberais. Destaca, assim, que a construção do Estado brasileiro pode ser vista como uma sucessão de períodos de centralização aos quais sucedem períodos de descentralização, num movimento de sístoles e diástoles que só apresentou um êxito do projeto federalista com a Constituição de 1988.

Retomando a questão socioeconômica, o autor afirma que, antes de 1930, o Brasil era um país periférico, agrícola, subdesenvolvido, com estrutura social semicolonial, de características quase feudais e que estava nas mãos de uma reduzida e poderosa oligarquia (p. 80). Além dessa oligarquia, havia a grande massa populacional, formada basicamente por trabalhadores agrícolas, miseráveis e analfabetos advindos da escravidão e de caboclos descendentes dos primeiros colonizadores portugueses. Aos poucos, passou a existir também outro grupo formado por imigrantes que começaram a chegar ao Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Esse seria o alicerce de uma classe média burguesa e profissional que colaborou com o processo de industrialização do país. O autor acrescenta ainda o surgimento do que chama de classe média tradicional ou patrimonialista, formada por aqueles que realizavam as funções burocráticas do

país, vinculados geralmente por uma relação de parentesco com a elite dominante. Contudo, o crescimento dessa classe foi maior do que o sistema produtivo do país era capaz de comportar, fazendo com que uma das funções mais importantes do Estado fosse a de ser empregador dessa parasitária classe média.

Finalizando a análise do primeiro Ciclo, o autor destaca no capítulo 5 que, embora o Império tenha obtido êxito no controle das forças desagregadoras do território nacional, falhou ao se atrasar em resolver o problema da escravatura, pois o Brasil foi o último país ocidental civilizado a abolir a escravidão. É nesse contexto que surge a República, como resultado de um golpe militar e sem efetiva participação popular. Na verdade, o autor pondera que ainda não existia um povo no Brasil e que o Estado continuava oligárquico, gerando situações como a chamada “política dos governadores”, fruto da tentativa de se compatibilizar o poder dos “coronéis” locais com um Estado central fraco. Esse cenário acabou gerando uma insatisfação crescente em vários setores da sociedade, sobretudo nas camadas médias urbanas, da pequena burguesia, dos profissionais liberais, dos empregados privados e dos setores públicos, além dos militares. Bresser-Pereira afirma que na década de 1920, quando surgem os tenentes, e nos anos 1930, quando Vargas abandona os liberais e se associa a eles, o crescimento da indústria brasileira necessitava que o nacionalismo se sobrepusesse ao liberalismo, o que findou acontecendo. Estava, assim, preparado o terreno para o segundo ciclo abordado no livro, o da Nação e Desenvolvimento ou Ciclo da Revolução Capitalista Brasileira.

A industrialização brasileira foi desencadeada em 1930, e o ciclo do café, que começou a utilizar o trabalho assalariado no lugar dos escravos, foi determinante para o surgimento das condições básicas para a instalação de uma indústria nacional voltada para o mercado interno (p. 109). No campo político e social, os antecedentes da revolução nacional brasileira são, dentre outros fatores: o surgimento de uma classe média mais atuante, a constituição do exército, a proclamação da república e as revoluções nos anos de 1920 (p. 110). Nos cinquenta anos seguintes, abre-se espaço para a forma alternativa de organização econômica e social do capitalismo, o desenvolvimentismo, e esse fato foi importante para que o Brasil desencadeasse sua industrialização. Na visão do autor, o desenvolvimento econômico somente se desencadeia e se torna sustentável depois que um país realiza sua revolução nacional e industrial.

Entre 1930 e 1960 uma coalizão formada pela burguesia industrial, a burocracia pública moderna, os trabalhadores urbanos e o setor não exportador da velha oligarquia promoveram a revolução nacional e industrial brasileira. No cenário do pacto Nacional-popular, a partir de 1930, começa gradativamente a se configurar uma industrialização substituidora de importações, e a economia se volta para o mercado interno (p. 124). Nesse período, foram criadas inúmeras entidades estatais que aparelharam a intervenção no domínio econômico e a burocracia necessária para levar adiante uma estratégia nacional de desenvolvimento, como foi o caso do DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público (p. 136). Assim, Vargas, apoiado por uma poderosa máquina burocrática, fez surgir um autoritarismo modernizador que violentou direitos, mas que mudou decisivamente o Brasil para o pleno processo de revolução industrial e nacional.

O autor ressalta também que, em 1946, foi instaurada no Brasil uma semidemocracia,

pois não considera que seja possível falar em democracia numa época em que imensa quantidade de analfabetos não tinha direito ao voto. Posteriormente, em 1950, Getúlio Vargas é eleito presidente da República com grande maioria de votos e conduziu o nacional-desenvolvimentismo no seu governo, restabelecendo e criando empresas estatais capazes de promover o desenvolvimento de infraestrutura econômica do país, tais como a Petrobras, Eletrobras, Banco Central e o BNDES. Contudo, uma crise cambial enfraqueceu o governo e, em 1954, Vargas foi alvo de um golpe de Estado conduzido pela oposição liberal e cometeu suicídio (p. 152). Depois desse golpe e de outras tentativas não democráticas, foi assegurada a posse de Juscelino Kubitschek, eleito com o apoio das mesmas forças políticas que haviam apoiado o projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas. Kubitschek fez um governo associado aos empresários industriais, contribuindo para uma aceleração da industrialização, sobretudo com a implantação da indústria automobilística no Brasil.

O autor destaca que durante o período que vai de 1930 a 1960, os políticos e os intelectuais brasileiros dividiram-se entre nacionalismo e desenvolvimentismo e o liberalismo econômico com dependência cultural (p. 169).

Bresser-Pereira observa ainda que durante a história anterior do Brasil não se podia falar claramente na existência de um “povo” com participação decisiva no processo político. Contudo, ressalta que nas eleições de 1960 já foi notável a manifestação da população no processo político, o que configuraria a existência concreta de um povo no Brasil (p. 187).

Seguindo a narrativa histórica, o autor afirma que o golpe militar de 1964 originou-se de uma crise econômica e política. Com efeito, em razão da necessária política de ajustes adotada, o país entrou em recessão, mas a estabilização alcançada e uma série de reformas competentes, inclusive a nacionalização de várias empresas de serviço público, deram origem a elevadas taxas de crescimento entre 1968 e 1973. Dessa forma, apesar de ser politicamente autoritário, o regime foi desenvolvimentista no plano econômico. O pacto Autoritário-Modernizante de 1964 foi, assim, um pacto nacionalista e desenvolvimentista.

No capítulo 13, o autor aprofunda a análise econômica e destaca que a primeira fase da revolução industrial brasileira, entre 1930 e 1960, foi caracterizada pela substituição de importações e, em 1967, passa a adotar um modelo exportador de manufaturados. Formou-se um mercado interno, e o Brasil praticamente não importava mais produtos manufaturados de consumo, os quais eram produzidos agora no país. Nos anos seguintes, a renda cresceu à taxa média de 10%. Foi o “milagre Econômico” que terminou em 1974, um ano depois da primeira grande alta do preço do petróleo (p. 219). Bresser-Pereira afirma que somente é possível compreender o “milagre econômico” considerando-se a concentração de renda da classe média para cima que aconteceu nesse período. Foi mantida uma sociedade dual,

“[...] formada por incluídos e excluídos do desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo em que se garantia demanda para a indústria produtora de bens de luxo através de um processo de concentração de renda que incluía a classe média profissional e a classe média burguesa – os donos de diplomas universitários e os empresários de pequenas e médias empresas” (p. 233).

Fica evidente na obra analisada que o ápice do desenvolvimento econômico brasileiro ocorreu entre 1930 e 1980. Nesse período, o Brasil foi o país que teve o maior crescimento mundial do Produto Interno Bruto (PIB) (p. 19). O autor destaca também que poderíamos supor que, em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o posterior Ciclo da Democracia e Justiça Social teria apresentado melhores resultados que o Ciclo Nação e Desenvolvimento, mas alega que isso não ocorreu, pois entre 1959 e 1984 o IDH aumentou 30,3%, enquanto entre 1984 e 2011 o aumento foi de apenas 18,9%. Assim, apesar do maior esforço ocorrido a partir da transição democrática (1985), os índices sociais deste período não foram inteiramente melhores que no período anterior, quando houve uma renda *per capita* muito maior (p. 20).

O autor esclarece ainda que o ciclo de desenvolvimento econômico brasileiro foi interrompido por uma grande crise financeira nos anos 1980, causada pela política de crescimento com poupança e endividamento externo, adotada na segunda metade dos anos 1970, e pela alta inflação inercial. Em 1994, essa inflação foi finalmente controlada pelo Plano Real, mas a retomada do desenvolvimento não aconteceu durante doze anos de políticas e reformas liberais (1990-2002) e nem nos outros doze anos de políticas desenvolvimentistas sociais (2003-2014).

Todo esse período foi, então, caracterizado pelo autor como o Ciclo da Democracia e Justiça Social, que começou com a transição democrática de 1977-1985 e foi marcado por uma desaceleração significativa do crescimento econômico, além de uma prematura desindustrialização do país, ao passo que no âmbito social houve consideráveis avanços. O Pacto Democrático-Popular de 1977 e das “Diretas Já”, assim como a Constituição de 1988, instituíram o sufrágio universal, dentre outros direitos sociais que foram aos poucos fazendo transferência de renda e praticamente eliminando a miséria no país.

Dentro desse contexto, a desigualdade herdada do escravismo, e que perdura no Brasil até hoje, sofreu uma redução justamente neste terceiro Ciclo. Se por um lado a democracia não foi capaz de superar o problema econômico do baixo crescimento, obteve êxitos no enfrentamento da desigualdade e da miséria. De acordo com o autor, o fator mais importante para a elevação dos padrões de vida e da diminuição da desigualdade foi o aumento significativo das despesas sociais do Estado. Assim, num período histórico em que o mundo estava sendo dominado pela ideologia neoliberal, o Brasil se esforçou para estabelecer um Estado do bem-estar social. Para o autor, apesar da desigualdade ainda continuar em níveis elevados, a política social, incluindo-se nela o Sistema Único de Saúde (SUS), é a maior realização da democracia brasileira (p. 390).

O autor destaca também que o Pacto Democrático-Popular entrou em crise quando, em 1986, o governo lançou o plano cruzado, mas este não logrou êxito. Tal fracasso não foi apenas econômico, mas também político, tanto que, nas eleições presidenciais de 1989, todos os grandes líderes da transição democrática foram derrotados por um político desconhecido, Fernando Collor de Melo. A partir de então, o pacto Liberal-Dependente se torna dominante no Brasil entre 1991 e 2005, inserindo o país novamente numa condição semicolonial que já havia caracterizado o período de 1822 a 1930. O plano de estabilização de 1991, apoiado pelo FMI, marcou assim, na visão do autor, a submissão do Brasil ao Consenso de Washington, mas também fracassou. O consenso de Washington era constituído por dez reformas que objetivavam

basicamente a redução do Estado e a estabilização da economia através de ajustes fiscais.

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República, em 1995, já com a inflação sob controle, houve um certo clima de otimismo, pois o governo avançou na área dos direitos humanos, buscou incrementar os gastos na área social, mas não obteve êxito na retomada do crescimento econômico, pois não conseguiu recuperar a competitividade da taxa de câmbio brasileira, que fora bastante apreciada nos meses seguintes ao Plano Real. Nesse contexto, o autor afirma que os resultados econômicos e financeiros do governo FHC não foram bons, mas nega que tenha sido um governo fracassado, pois proporcionou avanços sociais, como o início do processo de diminuição das desigualdades sociais do país, cujo impulso mais decisivo veio a ocorrer no governo seguinte (p. 332).

Em outubro de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da república. Para Bresser-Pereira, a consolidação da democracia foi comprovada em razão de não ter havido a articulação de um golpe de Estado para frear o clima criado com a primeira eleição de um presidente de esquerda. Apesar da euforia nacional com a descoberta de grandes reservas de petróleo no pré-sal, não foi o desenvolvimento econômico, mas a distribuição da renda que deu a maior marca positiva do governo Lula. Nesse cenário, o autor visualizou grandes avanços na área da política externa, social, na política cultural e nos direitos humanos. Ao término dos oito anos de mandato, a taxa de crescimento do PIB havia dobrado em relação ao governo anterior, mas não foi tão alta a ponto de justificar uma onda positiva feita pelos países ricos a respeito do crescimento do Brasil (p. 355).

É válido ainda ressaltar que Lula tentou um pacto político desenvolvimentista e social, mas o projeto de uma nova coalizão de classes falhou definitivamente em 2013, e o Brasil voltou ao quadro da luta de classes, só que dessa vez conduzida pela classe rica (p. 373).

Lula conseguiu ainda eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, que mostrou uma rigidez tecnocrática incompatível com as negociações que o cargo presidencial requer. Bresser-Pereira afirma que Lula deixou um terrível legado para a presidente Dilma, pois o desempenho satisfatório do governo daquele não teria sido obtido por políticas tão competentes, mas pelos ventos fortes das *commodities*. Nesse cenário, o governo Dilma não conseguiu retomar o crescimento porque herdou uma taxa de câmbio brutalmente apreciada e não teve apoio político e popular para depreciá-la adequadamente, já que os desgastes obtidos com a redução dos rendimentos e salários reais, além do aumento da inflação, são demais para um país que tem nítida preferência pelo consumo imediato e intolerância a qualquer aumento da inflação (p. 365).

A partir de 2012, o governo foi muito atingido pelas consequências políticas do julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal e ocorreram grandes manifestações populares nas principais cidades do País, sendo que, durante a copa do mundo realizada no Brasil, ficou nítido que a classe média estava se deixando levar pelo ódio (p. 376).

Em 2015, o segundo governo Dilma já começou sob efeito de uma grande crise econômica e política causada, entre outros fatores, pela queda dos preços das *commodities*, por acusações de que a presidente enganara seus eleitores ao não reconhecer que o país estava prestes a entrar numa recessão e também pela inabilidade da presidente em lidar com o quadro político existente.

A queda de popularidade foi inevitável e, para Bresser-Pereira, o golpismo liberal estava de volta, pois os números da eleição já deixavam evidente a vulnerabilidade da presidente junto ao congresso e à população dividida. Assim, no dia 18 de abril de 2016, foi aprovada a abertura do processo de impeachment, que implicou o afastamento imediato da presidente. Nas palavras do autor: “O golpe de estado parlamentar venceu” (p. 382).

Bastante criticado no livro, o novo governo Temer não mostrou ter um padrão moral melhor que o anterior. Com uma plataforma de direita, centralizou o foco na redução do gasto social do governo e no ajuste fiscal como solução para todos os problemas econômicos. Tais fatos mostram, para o autor, que tal diretriz governamental é desvinculada da ideia de interesse nacional e social (p. 383).

Diante do contexto recente, o autor reconhece que apenas no terceiro ciclo, da Democracia e Justiça Social, a nossa democracia foi finalmente consolidada, mas esse ciclo teria terminado definitivamente em 2014, apesar da reeleição de Dilma Rousseff. Para Bresser-Pereira, a crise brasileira de 2015-2016 representou um grande fracasso para os ideólogos desenvolvimentistas e sociais. A crise foi

[...] a crise de um partido político, o PT, que tentou tornar seu compromisso social compatível com o desenvolvimento econômico capitalista, mas falhou. Foi vítima do populismo cambial no governo Lula e do populismo Fiscal no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff (p. 385).

De forma pessimista, o autor afirma que o final do terceiro ciclo revelou um Brasil sem projeto ou ideia de futuro (p. 413).

Bresser-Pereira termina a obra fazendo perguntas e respostas sobre esse longo processo de construção do país. Conclui que somos uma nação incompleta, uma sociedade nacional-dependente, uma nação em busca de uma estratégia nacional de desenvolvimento, que rejeita o Estado liberal, mas não logrou ainda reconstruir e renovar o Estado desenvolvimentista. Reitera que somos uma economia que cresce lentamente desde 1980 e que não consegue superar a armadilha dos juros altos e da taxa de câmbio sobreapreciada. No aspecto social, afirma que somos uma sociedade civil viva, atuante e com uma democracia consolidada, mas que ainda precisa lutar muito pela justiça social e proteção ambiental. Nessas últimas considerações, o autor reitera que o desafio que a democracia brasileira continua a ter é o de retomar o desenvolvimento econômico acelerado e concomitantemente reduzir a desigualdade. Como condição política para que isso ocorra, o autor sugere uma autocrítica por parte da nação e da sociedade civil. A nação precisa se reconstruir e promover um grande acordo nacional entre empresários e trabalhadores, definindo com clareza qual a diferença maior entre seus interesses e os dos países ricos, que segundo Bresser-Pereira sempre acabam mostrando interesses outros que findam inviabilizando nosso crescimento. A sociedade Civil, por sua vez, precisa fazer uma autocrítica sobre sua preferência pelo consumo imediato, que inviabiliza a poupança pública e abre espaço para o populismo cambial e fiscal dos políticos. Nas palavras do autor, os últimos 25 anos mostraram que nem os liberais nem os desenvolvimentistas clássicos sabiam bem o que fazer. O autor demonstra, assim, certa preocupação com relação à realização de um acordo nacional e pelo



fato de que o fracasso recente do desenvolvimentismo social tem levado o Brasil a uma nova experiência de liberalismo econômico, desmantelando as grandes realizações vividas sob a ótica do Estado do bem-estar social, assim como ameaçam também a própria democracia, como teria ocorrido no que o autor chama de “triste episódio do impeachment da presidente Dilma Rousseff”. Com efeito, estas são as últimas palavras do autor, na terceira edição da obra, “[...] a construção do Brasil, que foi o objetivo deste livro, está hoje seriamente ameaçada de retrocesso” (p. 422).

No entanto, como últimas palavras para esta resenha, transcrevemos um trecho do início da obra, mas que serve de referência e reflexão durante toda a sua leitura: “[...] o Brasil até hoje não logrou ser uma nação plenamente independente: é, antes, uma sociedade nacional-dependente, uma sociedade mestiça e periférica, cujas elites vivem a permanente contradição de se querer pensar branca e europeia” (p. 30).